

**Os Cursos Superiores em Turismo no Brasil e o terceiro presidente da  
EMBRATUR, Paulo Manoel Protásio**

**Dalila Rosa Hallal<sup>1</sup>  
Maria da Graça Ramos<sup>2</sup>  
Tania Elisa Morales Garcia<sup>3</sup>**

**Resumo**

Este artigo propõe uma reflexão sobre o posicionamento do terceiro presidente da Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR, Paulo Manoel Protásio, em relação aos Cursos Superiores de Turismo no Brasil, no início da década de 1970. Para isso, apresenta-se o contexto histórico, compreendendo o período a partir da criação da EMBRATUR. O caminho escolhido para essa reflexão foi a pesquisa bibliográfica, fontes documentais, notícias e de jornais, e fonte oral. Entendemos que o processo de conhecimento histórico é fundamental à dinâmica do próprio fenômeno em análise e ao contexto mais amplo em que está inserido. A partir dessa contextualização podemos verificar que o discurso do Presidente sobre os Cursos Superiores de Turismo, esta inserido em uma concepção de Estado e de política que o sustentam.

**Palavras-chave:** Cursos Superiores de Turismo. EMBRATUR. Paulo Manoel Protásio.

**Introdução**

A formação educacional em nível superior em turismo, em nosso país, começou no início da década de 1970, motivada pelas múltiplas possibilidades do setor turístico para o desenvolvimento socioeconômico nacional. A Faculdade de Turismo do Morumbi (atual Universidade Anhembi-Morumbi) foi pioneira na área, criando o curso em 1971. A partir de então, muitas instituições começam a implantar cursos superiores de Turismo no Brasil. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo analisar o posicionamento do terceiro presidente da EMBRATUR, Paulo Manoel Protásio, em relação aos Cursos Superiores de Turismo no Brasil, no início da década de 1970.

Consideramos importante os estudos históricos no âmbito do turismo, por entendermos que a obtenção de uma leitura histórica, enquanto expressão cultural de

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta do Curso de Turismo da Universidade Federal de Pelotas. Dra. em História – dhallal@ufpel.edu.br

<sup>2</sup> Professora Associada do Curso de Turismo da Universidade Federal de Pelotas. Dra. em Educação – mggramos@gmail.com

<sup>3</sup> Professora Adjunta do Curso de Turismo da Universidade Federal de Pelotas. Dra. em Educação – tanisa@uol.com.br

idéias, pensamentos e instituições, implica a reinterpretação das fontes do passado sob o viés do presente.

Solha (2002) destaca que, no Brasil, apenas alguns períodos referentes ao desenvolvimento do turismo foram estudados de maneira aprofundada, mas, para a maior parte dos acontecimentos ocorridos na área, não existe registro.

Celeste Filho (2002, p.03) ressalta que, na década de 1970, “praticamente não existiam estudos históricos no que concerne ao turismo no Brasil, muito menos na área de história da educação”. Contudo, a partir da expansão ocorrida nos últimos anos no campo da história e do renovado prestígio dos estudos históricos em geral, parece haver um crescente interesse do turismo pelos aspectos históricos da formação. Recentemente, alguns pesquisadores começam a analisar o ensino superior em Turismo, a partir de uma perspectiva histórica.

Para subsidiar a investigação, utilizamos uma entrevista realizada com Norma Martini Moesch, pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa bibliográfica compreende o levantamento de referências sobre o fenômeno estudado junto a publicações acadêmicas na área da educação e do turismo.

As fontes documentais utilizadas para este estudo foram as notícias da imprensa da época, especialmente do jornal “Correio do Povo/RS<sup>4</sup>” e jornais disponíveis nos acervos de Oswaldo Goidanich e Roberto Eduardo Xavier, que se encontram na Biblioteca Central da PUCRS.

### **Cursos Superiores de Turismo no Brasil no discurso de Paulo Manoel Protásio, presidente da EMBRATUR (1972-1975)**

O crescimento do setor turístico no mundo e as perspectivas de uma atividade econômica promissora estimularam a criação de um órgão público que pudesse atender às necessidades urgentes do setor. Desse modo, a EMBRATUR, sediada no Rio de Janeiro, e o Conselho Nacional de Turismo – CNTUR –, foram criados em 1966, pelo Decreto-lei nº 55, de 18 de novembro de 1966, que definiu a política nacional de turismo.

---

<sup>4</sup> O Correio do Povo é um jornal impresso brasileiro em formato tabloide pertencente à Central Record de Comunicação com circulação no estado do Rio Grande do Sul. Fundado em 1º de outubro de 1895 por Caldas Júnior, foi o jornal de mais longa publicação em Porto Alegre, circulando por 89 anos ininterruptamente, até 1984, reiniciando sua publicação em 1986.

Conforme o Decreto-lei 60.224/67, a EMBRATUR, deveria estudar e propor ao CNTUR os atos normativos necessários à promoção da política nacional de turismo e, aqueles que digam respeito ao seu funcionamento, enquanto que ao CNTUR caberia formular as diretrizes para uma política nacional de turismo. Entre dezembro de 1960 a fevereiro de 1967, desenvolveram-se os trabalhos iniciais para implantação da EMBRATUR.

A EMBRATUR teve como seu primeiro presidente Joaquim Xavier da Silveira (1967 – 1972). Para Santos Filho (2009, s/p) este foi um período conduzido pelos militares,

que buscam conectar o turismo aos ideais da chamada “revolução” golpista de 1964 na qual o Estado começa a tomar medidas para a criação de uma infraestrutura pensada em facilitar a vinda de turistas estrangeiros. “As iniciativas foram propostas pelo diretor da poderosa Associação Comercial do Rio de Janeiro – ACRJ Joaquim Xavier da Silveira, indicado com apoio do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES para ser o primeiro presidente da EMBRATUR, isto é, homem de confiança dos militares e da classe dominante.

Santos Filho (2005) argumenta que a EMBRATUR foi criada com outros objetivos, pois, em 1966, o governo Federal, atordoado com o que falavam de seus governantes no exterior, sentiu o incômodo de ter que deixar a farda e governar a sociedade de civis com base na democracia e não no comando de tropas e hierarquias. Pelo menos era essa a pressão e o desejo dos brasileiros que lutaram abertamente ou na clandestinidade. Criou-se a EMBRATUR “com o objetivo *explícito* de coordenar o desenvolvimento do turismo brasileiro. E, *implícito* de refazer a imagem do Brasil no exterior, assim, nada melhor que uma entidade através da qual se divulgassem as belezas naturais de um país exótico, pró-americano [...]”. (SANTOS FILHO, 2005, p.1)

Para o autor, há uma correlação entre a criação da EMBRATUR no período de governo militar no país, e a imagem do Brasil no exterior, preocupação constante dos golpistas que queriam ter em suas mãos um instrumento capaz de conter ou ocultar a crise da sociedade em todos os seus setores. Para isso, começou-se a articular a criação de um órgão que divulgasse a imagem do Brasil em conformidade com os interesses do Estado.

Em 1967, através do Decreto nº. 60.224, foi ampliada a concepção legal da política nacional de turismo, com a criação do Sistema Nacional de Turismo, que indicava a responsabilidade de cada participante (órgãos federais, estaduais, municipais e iniciativa privada) na atividade turística.

Uma das primeiras iniciativas da EMBRATUR foi organizar um encontro, em

outubro de 1967, para reunir os estados da União no I Encontro Oficial do Turismo Nacional, no Rio de Janeiro. O turismo já era reconhecido como a indústria sem chaminés, fator que envolvia aspectos como planejamento de infra-estrutura, relacionando setores como marketing e outras atividades de promoção do produto turístico.

Esse Encontro contou com a participação de representantes de todos os estados e alguns territórios, além dos delegados representantes dos transportes, hoteleiros e agentes de viagens. Assim, pela primeira vez no País, realizou-se um evento em termos nacionais, para discutir a temática turismo.

O Encontro possibilitou à EMBRATUR uma visão geral da problemática do turismo brasileiro e representou uma tomada de consciência, em âmbito nacional, do significado do Turismo para o Brasil, desencadeando um processo de conscientização, no sentido de integrar essa indústria no plano do desenvolvimento do País. Durante o Encontro cada um dos estados brasileiros, através de seus representantes, apresentou como vinha desenvolvendo a atividade turística no seu estado (ANAIS DO I ENCONTRO OFICIAL DO TURISMO NACIONAL, 1967).

Em 1969 foi instituído, pela CNTUR, o primeiro Plano Nacional de Turismo (Plantur), considerado o instrumento básico da Política Nacional de Turismo. No entanto, conforme Cruz (2000) o Plantur nunca foi posto em prática.

Em 1972, o segundo Presidente da EMBRATUR, Carlos Alberto Andrade Pinto, apesar da mídia e ações desenvolvidas sinalizarem uma vontade política voltada para o turismo interno. “O Governo Militar utilizou do turismo para implementar seus ideais ufanistas de “projetos impactos”, quando para justificar a criação da rodovia Transamazônica, usa o marketing – TURISMO – FATOR DE INTEGRAÇÃO NACIONAL” (SANTOS FILHO, 2009, s/p).

No mesmo ano, assume Paulo Manuel Protásio, o terceiro Presidente da EMBRATUR, que fazia parte da Associação Comercial do Rio de Janeiro – ACRJ e desenvolveu programas e ações no campo do marketing:

Prossegue o processo de estruturação da EMBRATUR, divulgação e promoção internacional do Brasil, além de projeção da imagem da empresa dentro do país. Atrair turistas estrangeiros e incentivar o turismo interno são algumas das prioridades, bem como a participação da EMBRATUR em eventos internacionais, a reorganização do setor hoteleiro e a ampliação do turismo cultural e de negócios (EMBRATUR 40ANOS, 2006, p. 46).

Durante a gestão de Paulo Manuel Protásio, a EMBRATUR promoveu a I Reunião Oficial de Turismo<sup>5</sup>, que ocorreu no período de 5 a 8 de junho de 1972, no Hotel Nacional, em Brasília e reuniu representantes oficiais de vários estados. Na abertura dos trabalhos, o presidente da EMBRATUR destacou que o principal objetivo do encontro era traçar diretrizes para implantar, efetivamente, o Sistema Nacional de Turismo, criado pelo Governo Federal, “estudando os aspectos de descentralização e as estratégias operacionais voltadas a coordenar os esforços oficiais em só um pensamento e orientação” (Folha da Manhã/RS<sup>6</sup>, 06/06/1972).

A imprensa explicita este período da atividade turística:

Não somente sob o aspecto social, educativo e cultural, o turismo deve ser encarado sob os aspectos econômicos e empresariais [...]. A indústria do turismo só perde em importância para a do petróleo que até 1980, segundo a opinião de alguns economistas, deverá ser ultrapassada pela primeira, declarou recentemente o ministro Pratini de Moraes, da Indústria e Comércio. No Brasil, os governos da Revolução de 1964 vem procurando racionalizar e planejar um política turística, sendo que de 64 a 71, nosso País já investiu 400 milhões de dólares na incrementação do turismo nacional. A EMBRATUR, presidida pelo Sr. Paulo Protásio, vem realizando um notável trabalho neste campo, procurando imprimir uma nova imagem no turismo nacional, quando vivemos em 1973 o ANO NACIONAL DO TURISMO, lançado pelo presidente Médici. Desta maneira, forma-se no Brasil, uma verdadeira conscientização que representa a indústria turística dentro do processo desenvolvimentista que vivemos. (O Quero-Quero/RS<sup>7</sup>, 28/09/1973)

Com o desenvolvimento da atividade turística, nas décadas de 1960 e 1970, e um crescente interesse por viagens e lazer, começam as discussões sobre a necessidade de profissionais qualificados para atuarem na área, em diferentes níveis. Assim, gradativamente aparecem cursos regulares técnicos, de graduação e pós-graduação, a formação e capacitação em diversos níveis, a partir de cursos e programas de formação básica e comportamental, treinamento, atualização, aprimoramento, entre outros, que buscam formar pessoas e gerar mão-de-obra qualificada para o atendimento das necessidades destas demandas.

---

<sup>5</sup> A reunião teve por finalidade: I - integrar o sistema nacional de turismo, definido pelos decretos 55/56, e o 60.224/67, dentro de um programa de interesse nacional de empreendimentos turísticos; II - estabelecer bases para a Delegação de responsabilidades executivas, com o objetivo de imprimir um ritmo cada vez mais ativo no desenvolvimento dos planos oficiais de turismo; III - fixar estratégias operacionais conjugando os esforços oficiais em benefício de uma ação permanente, traduzindo um só pensamento e orientação quanto ao Sistema Nacional de Turismo (Diário de Notícias/RS, 02/06/1972; Correio do Povo/RS, 02/06/1972).

<sup>6</sup> Jornal publicado pela Companhia Jornalística Caldas Júnior em Porto Alegre/RS entre 1969 e 1980.

<sup>7</sup> O Quero-Quero é um jornal de Santa Maria/RS.

Foi no início da década de 1970, num contexto de expansão das escolas isoladas incentivadas pelo governo, que surge o ensino superior de Turismo no Brasil. A institucionalização no âmbito acadêmico se deu a partir de 1971, quando da criação do primeiro curso de Turismo e da definição do currículo mínimo pelo MEC. O Curso Superior de Turismo é criado a partir do Parecer nº 35/71, do Ministério da Educação, organizado pelo relator conselheiro Roberto Figueira Santos e aprovado em 28 de janeiro de 1971.

Muitos autores vinculam a regulamentação do currículo mínimo e a criação de cursos que formassem mão de obra especializada em nível superior ao crescimento que a atividade turística apresentava na época e à criação da EMBRATUR.

Em 1971, a Faculdade de Turismo do Morumbi (FAT), hoje Universidade Anhembi-Morumbi, instituição privada de São Paulo, iniciou seu primeiro curso superior em Turismo. O primeiro currículo foi elaborado pelo professor Domingo Hernández Peña<sup>8</sup>, após obter informações nas escolas européias, adaptando à realidade brasileira.

Nesse período, várias instituições estavam empenhadas em organizar seus cursos de Turismo. Em São Paulo, a imprensa noticiava: “A criação de Escolas Superior de Turismo decorre da necessidade de o Brasil se aparelhar para desenvolver a chamada indústria sem chaminés” (Folha da Tarde/SP<sup>9</sup>, 03/06/1972).

A notícia destaca a importância dos cursos superiores em Turismo para a atividade turística:

Nota-se um esforço geral, desde o município do interior, até as grandes cidades, no sentido de fazer alguma coisa que atraia visitantes. A criação da EMBRATUR representou uma verdadeira injeção para o desenvolvimento turístico, pois veio dar incentivo aos acanhados conselhos, comissões, departamentos ou secretarias de turismo espalhadas pelo Brasil. Agências e empresas de turismo do setor privado também sentiram a influência daquele órgão federal. Estava, porém, faltando algo, que só agora começa a tomar vulto. Trata-se das escolas de turismo em nível superior. (Folha da Tarde/SP, 03/06/1972)

<sup>8</sup> Assessor das Secretarias de Turismo do Município e do Estado de São Paulo, diretor do escritório de Turismo da Espanha no Brasil que funcionava dentro da Câmara Oficial Española de Comercio no Brasil, na década de 1960, assessor da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), consultor de veículos de comunicação e professor de turismo em diversas universidades. Apesar da diversidade de cargos ocupados, no Brasil, o espanhol Domingo Hernández Peña ficou mais conhecido por um feito inédito: a criação, em 1971, do primeiro curso superior de turismo no Brasil (pioneiro também do mundo), na então Faculdade de Turismo do Morumbi (hoje Anhembi Morumbi) entidade que o contemplou recentemente com o título Honoris Causa (LUCCHESI, 2006).

<sup>9</sup> Folha da Tarde foi um vespertino brasileiro publicado pela Folha de S. Paulo e distribuído em São Paulo entre os anos de 1945 e 1999. Foi substituído pelo popular Agora São Paulo.

Contudo, na área do Turismo havia um debate se o Brasil deveria criar cursos de graduação em Turismo, ou se deveriam ser cursos de Pós-Graduação. Rodrigues (2005) lembra que,

Desde a sua fundação, em 1966, até 1975, só profissionais ligados à economia dirigiram a EMBRATUR. Na esfera federal, esses profissionais tinham preferência porque se entendia o turismo como fonte estratégica de recursos, portanto ligado à área econômica. E o Paulo Protásio, um jovem ligado ao regime, filho ou sobrinho, ou genro, ou enteado de algum militar, era economista. Ele assumira a presidência da EMBRATUR no início do governo Geisel. (RODRIGUES, 2005, p. 167)

Na reportagem com o título “Profissionalização preocupa a EMBRATUR”, o presidente Paulo Manoel Protásio, durante a I Reunião Oficial de Turismo, manifesta o receio de que “a profissionalização do turismo, apesar de essencial sofra uma proliferação, formando técnicos ‘frustrados’ e não especialistas em turismo”. Acredita que, em vista da necessidade de formação de pessoal especializado no setor de turismo, no Brasil, maior que a nossa capacidade de gerar essa formação, poderia, no máximo, se falar em pós-graduação em turismo, dispensando, no caso, as chamadas faculdades de turismo, cujos planos não foram ainda aprovados pelo Conselho Federal de Educação, mas que, no entanto têm projetos de criação em vários estados (Jornal do Comércio/RS, 07/06/1972).

Defendendo a criação de cursos de pós-graduação em turismo e considerando que não parece ser o melhor caminho para a formação de profissionais a implantação de Faculdades de Turismo, o presidente da EMBRATUR manifesta a preocupação do órgão que dirige em relação às faculdades de turismo que estavam surgindo, acentuando que o principal receio é o de que “elas proliferem de forma inadequada formando pessoal que saiba apenas um pouco de cada setor do turismo, que envolve diversos níveis, contribuindo para a frustração profissional de muitos” (Diário de Notícias/RS, 07/06/1972). Mostra-se frontalmente contrário aos “‘canudos de turismo’, afirmando que ‘de nada adianta um curso universitário sobre turismo’. Acentua que essa área precisa essencialmente de técnicos capazes de assumir papéis concretos, ou de gente altamente especializada num determinado campo – engenharia, economia, administração – que, ao mesmo tempo, se aperfeiçoou em turismo”. (Correio do Povo/RS, 17/07/1972, p. 19)

Conforme Norma Moesch, Paulo Protásio definiu os cursos de Turismo como: “Formação de Doutores em Ciências Incríveis e Absolutas” (Diário de campo, 14/05/2010).

Em 1972 e 1973, por várias vezes, o presidente da EMBRATUR deixa claro que é contrário às Faculdades de Turismo, com exceção da de Santa Maria/RS que tinha como proposta um curso de Pós-Graduação, especialização em Turismo. O diálogo entre as instituições de ensino e a EMBRATUR, nesse período, torna-se difícil, como podemos observar na matéria a seguir:

Certa vez, no aeroporto do Galeão, o dirigente da EMBRATUR [Paulo Manoel Protásio], afirmou-nos que fazia restrições ao currículo das escolas, que não tinha conhecimento da qualificação profissional, do seu corpo docente e que não via no momento necessidade de sua implantação. Indagamos então do presidente se ele não acha oportuno aceitar alguns dos convites que lhe haviam sido dirigidos pela direção da Faculdade de Turismo do Morumbi, pois assim teria oportunidade de manter um diálogo franco e justificar seu posicionamento. Ele contestou a existência desses convites. Chamou um de seus assistentes imediatos. Esse disse nada saber a respeito. Afirmamos então que em nosso poder, além da cópia dos convites, existem cópias de informações as mais variadas sobre a escola – tudo com o timbre “protocolado” da EMBRATUR. Entre o nosso encontro com o presidente Protásio, o Galeão e o Seminário realizado no SENAC, passaram-se alguns meses. Provavelmente o tempo necessário para o presidente reformular sua posição. Para essa nova forma de ver as coisas do dirigente da EMBRATUR muito colaborou o assessor do presidente José Papa Junior, da Federação do Comércio. Na realidade foi Affonso A. Di Transi Splendore, conselheiro do SENAC quem promoveu o encontro do presidente com os dirigentes das faculdades. Deste primeiro contato saíram alguns acordos, entre eles o da presença da EMBRATUR nas faculdades para uma conversa com os estudantes. Foi um bom começo, embora o órgão federal tenha proposto somente conversar com os universitários. (O Estado de São Paulo/SP<sup>10</sup>, 21/10/1973, p. 2 Suplemento de Turismo)

---

<sup>10</sup> O Estado de S. Paulo é um jornal fundado com base nos ideais de um grupo de republicanos, em 4 de janeiro de 1875. Nessa época, o jornal se chamava A Província de São Paulo. Ao final do século XIX, o Estado já era o maior jornal de São Paulo. Atualmente, o jornal permanece em circulação no Brasil, com uma média diária de 250 mil exemplares em dezembro de 2007.



Ilustração 1 – Correio do Povo/RS, 22/10/1972, p. 41

Norma Martini Moesch (12/03/2009) recorda bem desse fato, que, na época, pareceu uma afronta à educação superior em turismo:

*havia um presidente da EMBRATUR na época, o Paulo Manoel Protásio, que era o terror de todos os estudantes de turismo do Brasil e Argentina, alimentávamos um fervoroso rancor por essa pessoa, porque ele havia dito e dado um pronunciamento que era uma tonteira as universidades abrirem as portas para criarem cursos superiores de turismo, no caso, era assim chamado, porque de acordo com nossos currículos, e aí eu vou chegar aos currículos, as Universidades, as IES estariam se propondo a formar doutores em generalidades, que a rigor não poderiam dar conta de nenhuma missão profissional. Então realmente ele*

VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo  
20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP  
*desconstitui essa inovação, que foi originalmente criada pela Morumbi.*

O professor Gabriel Mário Rodrigues (1995) conta a trajetória do Curso de Turismo da Faculdade Morumbi em seu livro, “Se Não Foi a Primeira, Não Foi a Segunda – O desafio de implantar a Faculdade de Turismo do Morumbi, no início dos anos 70”, e também rememora esse fato.

Quando pedimos o seu apoio junto ao Conselho Federal de Educação para o reconhecimento do curso, mostrou-se deselegante, fazendo gesto característico de que nos iria degolar. Mais: disse-nos reservadamente, que ele e a sua equipe acabariam com os cursos superiores de Turismo. Bem, isso não constava na lista de problemas que teríamos de enfrentar. Concluímos, os representantes das ou faculdades e nós, que seria perda de tempo continuar com a aproximação. Então deixamos o homem livre para conspirar (RODRIGUES, 2005, p. 168).

Diante das dificuldades, a Faculdade de Turismo do Morumbi elabora o artigo “O papel das universidades no desenvolvimento do país”, em que discorre sobre os cursos de turismo no panorama nacional, conforme a matéria a seguir.

# ENSINO DE TURISMO

Considerando o papel importante que aos cursos de turismo cabe no panorama do desenvolvimento brasileiro, a revista "Estudos Turísticos", editada pela Faculdade de Turismo do Morumbi, São Paulo, publicou este editorial, sob o título de "O Papel das Universidades no Desenvolvimento do País":

Um dos principais fatores de desenvolvimento de um país é o sistema educacional. Quanto mais evoluído, mais apurado é a sua cultura e avançada é a sua técnica educacional, cabendo às universidades o papel da formação das lideranças que vão se preocupar com o destino político, econômico e cultural da Nação.

As escolas que se iniciam, procurando encontrar soluções para velhos problemas, sempre são recebidas com uma expectativa, nem sempre alentadora. Com a mesma resistência que os "donos de soluções" receberam a criação da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica de São José dos Campos, a Escola de Comunicações da U.S.P., para não citar outras, assim está sendo acolhida a Faculdade de Turismo do Morumbi.

Apenas pelo fato da Escola ter de se preocupar em estudar e avaliar um determinado fenômeno em termos imprecisos, precisando ver apenas o que interessa, ao bem da comunidade, ela pode estar correndo o risco de não encontrar soluções, para quem esteja acostumado a ganhar dinheiro fácil ou tenha preocupações iminentemente pessoais.

Em matéria de turismo, interessa ao país uma filosofia. Emissor ou receptor ou em termos mais simples: ou o país envia pessoas ou as recebe. As características óbvias

do Brasil, estágio de desenvolvimento, natureza privilegiada, país tropical, 350 dias banhados de sol, povo acolhedor, etc., é de país receptor. Análise gritante, sem computadores e sem grandes operações matemáticas. Mas, o que se vê: — uma balança de pagamentos em turismo, onde o saldo desfavorável é de mais de 100 milhões de dólares.

Uma análise comparativa com outros países pode ser feita: vamos fazer com a Espanha, que no após guerra depositou todo o seu esforço no turismo. E o turismo era a sua única saída e todos os planos deram resultado, mas uma grande parte dos empreendimentos turísticos espanhóis, pertence a grupos estrangeiros (alemães, ingleses, holandeses), sendo a fatia do bolo, mais gostosa dos 30 milhões de turistas que deixam seus dólares na Espanha remetida ao exterior.

Cabe às Universidades analisar se esta foi uma atitude certa para não cometer os mesmos erros.

Não somos absolutamente contra a aplicação de capitais estrangeiros no país, o que desejamos é esclarecer que o investimento e o "know how" aplicado numa indústria é completamente diferente no turismo, onde o equipamento mais apropriado não vem de fora: está no país. Turismo é prestação de serviço.

Não vamos agora, no Brasil, propiciar para grupos estrangeiros, associados ou não a empresas brasileiras, os incentivos e as facilidades conquistadas pelos nossos empresários, depois de muitos anos de sacrifício e lutas.

Não vamos nos esquecer dos pioneiros que a risco próprio, com sangue, suor e lágrimas, criaram nos quatro cantos da Pátria, os empreendimentos que até hoje sustentam nossa indústria turística.

O trabalho que as Escolas de Turismo têm de inicialmente suportar é o de formar a mentalidade que possa mostrar aos nossos governantes o caminho certo, por onde o Brasil poderá se desenvolver através do turismo. Por este motivo, nossa preocupação se torna imensamente maior, quando verificamos que, pelo Currículo Mínimo do Conselho Federal de Educação, em apenas 2 anos poderemos formar planejadores de turismo, o que não deixa de ser uma resolução que precisa ser imediatamente revista, pois neste espaço de tempo mínimo de 1.800 horas/aulas, em sã consciência, não dá para formar um profissional que esteja habilitado a lidar com economia, administração, comunicações, planejamento, áreas técnicas específicas da profissão, e tenha uma base cultural alicerçada nos conhecimentos de geografia, história, história da cultura, psicologia, sociologia, etc.

A responsabilidade das escolas de turismo na formação de técnicos que vão lidar com os planos desenvolvimentistas, é imensa, cabendo aos órgãos do Ministério de Educação e Cultura, por seu papel normativo, a incumbência de prover da melhor maneira o elenco de disciplinas capazes de propiciarem um currículo mínimo, dentro das aspirações nacionais.

E preocupação de todas as Nações, conseguirem sua justa parcela na distribuição dos lucros advindos desta indústria, que ano após ano progride de maneira assustadora (Só para exemplo, no ano 2.001 teremos 3,5 bilhões de pessoas viajando pelo mundo, carregando cerca de 350 bilhões de dólares).

E esta nossa missão, alertar, ensinar e criar uma filosofia de trabalho. Turismo é atrair pessoas. O resto, é "turismo" para os outros.

Ilustração 2 – Correio do Povo/RS, 26/10/1972, p. 13

O homem não entendia absolutamente coisa alguma de turismo e não demonstrava o menor interesse em querer entender. Desde começo da sua gestão, posicionou-se contra as faculdades de turismo simplesmente por "achar" que o curso não deveria ser de nível superior. Uma posição que assumia somente perante nós, nunca publicamente. Quando pedimos o seu apoio junto ao Conselho Federal de Educação para o reconhecimento do curso, mostrou-se deselegante, fazendo um gesto característico de que nos iria degolar. Mais: disse-nos reservadamente, que ele e a sua equipe acabariam com os cursos superiores de Turismo. Bem, isso não constava na lista de problemas que tínhamos de

VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo

20 e 21 de setembro de 2010 – Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP

enfrentar. Concluímos, os representantes das outras faculdades e nós, que seria perda de tempo continuar com a aproximação. Então deixamos o homem livre para conspirar. Não é que a figurinha quase conseguiu. No dia 24 de janeiro de 1975, fomos surpreendidos com esta bomba:

Atendendo a ponderações do presidente da EMBRATUR, o Sr. Paulo Protásio, o ministro Ney Braga, da Educação, decidiu suspender, por algum tempo, o registro de novas faculdades de Turismo no País, até que um estudo profundo da matéria possa orientar a elaboração dos currículos de forma objetiva e profissionalizante. (RODRIGUES, 2005, p. 168).

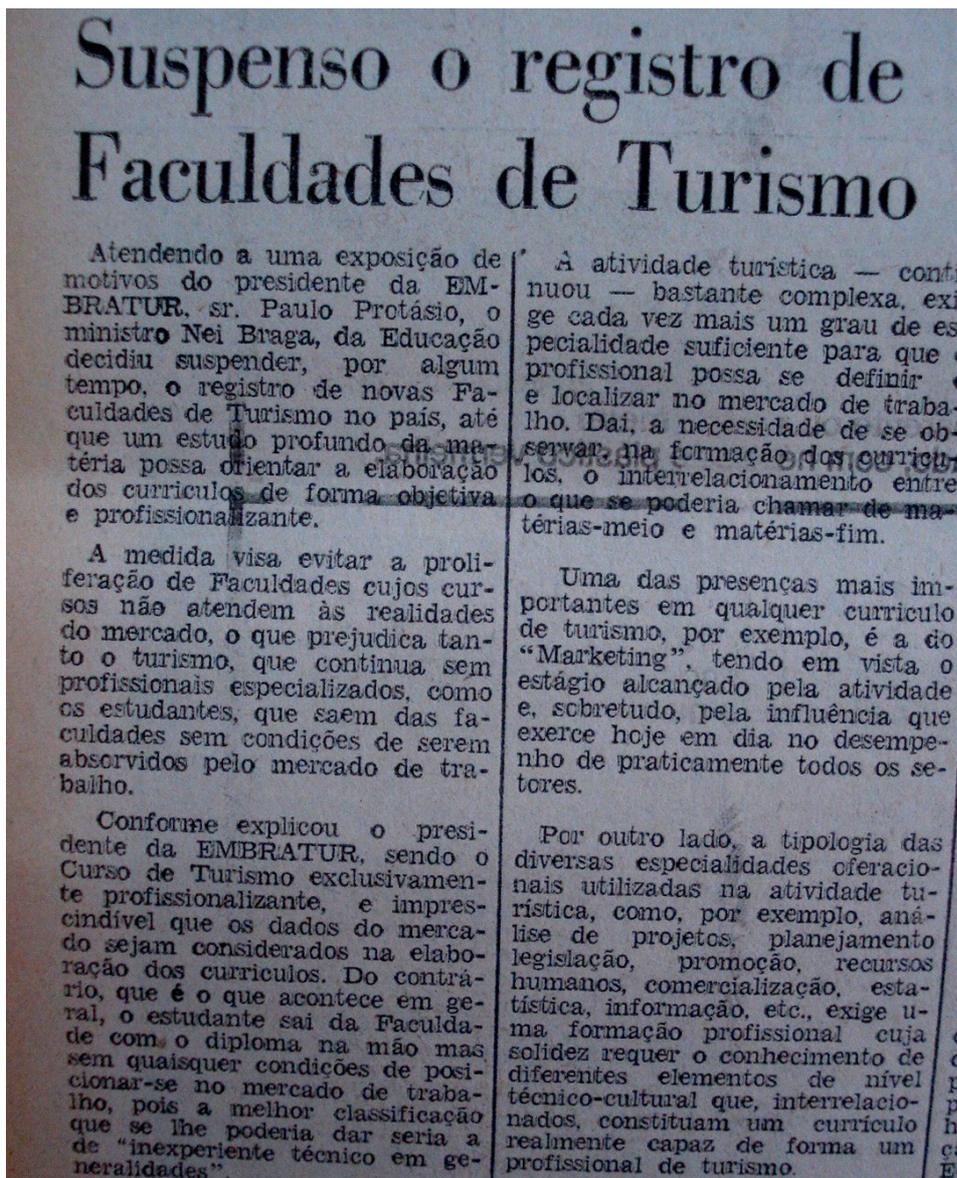


Ilustração 3 – Correio do Povo/RS 23/01/1975, p. 10

Para Rodrigues (2005), nesse momento, o ministro Ney Braga e Paulo Protásio, arrumaram uma briga com o Conselho Federal de Educação – CFE, que havia autorizado os cursos superiores de Turismo. Destaca que o CFE, na época, tinha mais força que o MEC.

O autor comenta sobre os argumentos de Paulo Protásio: a medida visa evitar a proliferação de faculdades cujos cursos não atendem às realidades, o que prejudica tanto o Turismo, que continua sem profissionais especializados, como outros estudantes, que saem das faculdades sem condições de serem absorvidos pelo mercado de trabalho. Rodrigues pondera: Como continuava sem profissionais especializados se um mês antes havíamos formado os primeiros 250 administradores de Turismo?

Conforme explicou o presidente da EMBRATUR, sendo o curso de Turismo exclusivamente profissionalizante, é imprescindível que os dados do mercado sejam considerados, na elaboração dos currículos. Do contrário, que é o que acontece em geral, o estudante sai da faculdade com o diploma na mão mas sem quaisquer condições de posicionar-se no mercado de trabalho, pois a melhor classificação que se lhe poderia dar seria a de 'inexperiente técnico em generalidades'.

Rodrigues (2005) contra argumentando Paulo Protásio, finaliza destacando: “Era tudo o que as faculdades se propunham a fazer! Inacreditável! Os disparates continuam. [...] Falou muito e não falou nada. Essa ampla formação era a nossa preocupação” (RODRIGUES, 2005, p.170).

Em janeiro de 1975, quando tudo isso estava a acontecendo, o presidente da EMBRATUR, Paulo Manuel Protásio pede demissão do cargo.

A partir daí, começam especulações de quem seria o novo presidente da EMBRATUR. No dia 30/01/1975, o jornal Correio do Povo/RS anuncia a definição de Said Farhat como o novo presidente da EMBRATUR.

No dia 5 de fevereiro de 1975, Said Farhat, recebeu de Paulo Protásio, o cargo de presidente da EMBRATUR.

No entanto, após quatro meses e meio após a suspensão dos cursos de Turismo, o decreto nº 75.849 – de 11 de junho de 1975, concede o reconhecimento do curso de Turismo da Faculdade de Turismo do Morumbi.

### **Considerações Finais**

Os cursos de Turismo no Brasil foram criados dentro de uma perspectiva tecnicista e mercadológica, da qual procuravam atender a uma demanda de trabalho. Os currículos desses cursos foram baseados em instituições européias, embora, na Europa, não eram cursos de graduação, eram cursos técnicos ou de pós-graduação.

As colocações de Paulo Manoel Protásio reiteram a constante indefinição dos Cursos de Turismo no Brasil, fato que o acompanha desde sua gênese. Percebemos que o início dos cursos de Turismo no Brasil tem algumas características muito próprias. Foi o primeiro país a criar cursos de nível superior tomando o modelo espanhol, baseado, por sua vez, nos cursos técnicos; talvez em função disso o presidente da EMBRATUR se manifestava contra os cursos de graduação em Turismo. Também por entender o Turismo como uma atividade econômica, logo, o mais adequado seria profissionais da área da economia com Pós- graduação em Turismo.

O discurso analisado do Presidente da EMBRATUR, Paulo Protásio, descreve o turismo e justifica sua importância para o crescimento do País. Entretanto, ao enfatizar os aspectos positivos e os resultados financeiros de seu desempenho, o discurso deixa claro a predominância de aspectos econômicos da atividade. A questão dos cursos superiores em Turismo surge como uma preocupação constante no discurso do Presidente. No entanto, questiona-se qual a ingerência do Presidente da EMBRATUR, órgão oficial de Turismo, na definição do ensino superior em Turismo?

Entretanto, para compreender o posicionamento do Presidente da EMBRATUR, é fundamental a compreensão da concepção de Estado e de política que sustentam tal discurso. Visões diferentes de sociedade, Estado, política educacional geram projetos diferentes de intervenção. A preocupação que focaliza todo o discurso é a dimensão predominantemente econômica, “o crescimento do turismo está intimamente relacionado ao crescimento econômico”. Como o turismo é visto principalmente pela sua dimensão econômica no momento político em questão, os presidentes da EMBRATUR indicados eram economistas.

Novamente, o nível de formação dos cursos de Turismo aparece na pauta das discussões em eventos científicos da área e órgãos de classe. No entanto, atualmente há uma inversão das posições do Ministério da Educação e do Ministério do Turismo, o primeiro incentivando a formação tecnológica e o segundo contemplando uma perspectiva mais científica e complexa da formação.

Desse modo, esta revisão histórica sobre o tema e sua inserção dentro de um quadro de referências nos auxiliam a pensar o ensino superior em Turismo na atualidade, seus fatores determinantes e as implicações de suas mudanças.

## Bibliografia

- CELESTE FILHO, Marcioniro. *A institucionalização do turismo como curso universitário: décadas de 1960 e 1970*. Mestrado em Educação. PUC/São Paulo, 2002.
- CRUZ, Rita de Cássia. *Política de Turismo e Território*. São Paulo: Ed. Contexto, 2000.
- EMBRATUR, Ministério do Turismo. *EMBRATUR40ANOS: Uma trajetória do turismo no Brasil*. Brasília, 2006.
- LUCCHESI, Camila. O tamanho do turismo brasileiro. *Revista Host17 - Hospitalidade e Turismo Sustentável*. Dez 2006/Jan 2007. Disponível em: [www.revistahost.uol.com.br](http://www.revistahost.uol.com.br) Acesso em: 20/01/2010.
- MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO; CONSELHO NACIONAL DE TURISMO – CNTUR; e EMPRESA BRASILEIRA DE TURISMO – EMBRATUR. *Anais do I Encontro Oficial do Turismo Nacional*. 1967.
- RODRIGUES, Gabriel Mário. *Se não foi a primeira, não foi a segunda: o desafio de implantar a Faculdade de Turismo do Morumbi no início dos anos 70*. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, 2005.
- SANTOS FILHO, João dos. *Dicas necessárias para fazer Turismo no Brasil: “Aventura Brasilis”*. *Revista Virtual Partes - Turismo*, 2009. Disponível em: [www.partes.com.br/turismo/.../dicasnecessarias.asp](http://www.partes.com.br/turismo/.../dicasnecessarias.asp). Acesso em: 06/07/2010.
- SANTOS FILHO, João. *Por que a ação da Embratur torna-se preocupante para a formulação de políticas públicas internas em turismo?* Disponível em: [www.espacoacademico.com.br/048/48jsf.htm](http://www.espacoacademico.com.br/048/48jsf.htm). Acesso em: 14/11/2005.
- SOLHA, Karina Toledo. *Evolução do Turismo no Brasil*. In: In: REJOWSKI, Mirian (org.) *Turismo no percurso do tempo*. São Paulo: Aleph, 2002, p. 117–153.

## Jornais

- Correio do Povo/RS 23/01/1975, p. 10
- Correio do Povo/RS, 17/07/1972, p. 19
- Correio do Povo/RS, 22/10/1972, p. 41
- Correio do Povo/RS, 26/10/1972, p. 13
- Folha da Manhã/RS, 06/06/1972
- Folha da Tarde/SP, 03/06/1972
- Jornal do Comércio/RS, 07/06/1972
- O Estado de São Paulo/SP, 21/10/1973, p. 2 Suplemento de Turismo
- O Quero-Quero/RS, 28/09/1973